

ATA DA REUNIÃO – 17 de julho de 2017
COMITÊ DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA POP. LGBT – SES/SP

1
2
3
4 Aos dezessete dias do mês de julho de 2017, na Sala 600, à Rua Dr. Enéas de Carvalho
5 Aguiar, 188, estiveram presentes: Paulo Roberto do Nascimento (Coordenadoria de
6 Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde), Dra. Eliana de Souza Ribeiro
7 (Coordenadoria de Serviços de Saúde- CSS), Dr. Renato Barboza (Instituto de Saúde),
8 Patricia Olivati Sacramento (Assessoria de Saúde Mental), Dra. Elaine Maria Frade
9 Costa (Hospital das Clínicas- HC da Faculdade de Medicina da Universidade de São
10 Paulo). Dr. Frederico Carbone (Coordenadoria de Planejamento de Saúde), Sr. Haroldo
11 Tani (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania- SJDC), Sr. Albert Carlos
12 Andreone dos Santos (Fórum de Organizações de Aids do Estado de São Paulo) e Sra.
13 Cecilia Bezerra (Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT). Ausências
14 justificadas: Cleuza Abreu (Núcleo Técnico de Humanização), Fabiola dos Santos
15 Lopes (Coordenaria de Controle de Doenças- CDD), Marisa Ferreira da Silva Lima e
16 Nayara Begalli Scalco Vieira (Coordenadoria de Regiões de Saúde- CRS), Regina
17 Maria McDowell de Figueiredo (Instituto de Saúde), Vânia Alessandra Feres
18 (Coordenadoria de Recursos Humanos), Ligia Maria de Azevedo Soares (Grupo
19 Técnico de Ações Estratégicas da Coordenadoria de Planejamento e Saúde- CPS) e
20 Deborah Malheiros (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania- SJDC). Pauta: 1-
21 Publicação da Resolução de novo mandato do Comitê; 2- Nova composição do Comitê;
22 3- Regimento Interno do Comitê; 4- Seminário de Regionalização; 5- Subgrupo de
23 Formação; 6- Publicação de Cartilhas; 7- Informes. Os presentes aprovaram a ata da
24 reunião anterior. 1- Publicação da Resolução de novo mandato do Comitê: Paulo R.
25 Nascimento anunciou que a Resolução da Secretaria da Saúde de número 47 de 29 de
26 junho 2017 fora publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de junho,
27 contendo alterações na regulamentação do Comitê Técnico de Atenção à Saúde Integral
28 da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, todas elas
29 propostas pelos seus próprios membros, salvo o dispositivo que altera a vinculação do
30 colegiado, passando-a do Gabinete do Secretário para a Coordenadoria de Controle de
31 Doenças- CDD, decisão tomada pelo titular da Pasta após ouvidas as manifestações das
32 coordenadorias envolvidas e o próprio Comitê. Paulo considera importante registrar
33 que o Comitê mantém, com essa alteração, sua agilidade em comunicar-se interna e
34 externamente à SES para realizar suas atividades. Registra também que essa decisão do
35 Gabinete se insere numa alteração que vem realizando quanto à vinculação dos comitês,
36 os quais hoje estão em sua maior parte vinculados à CPS. O representante da
37 Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde, coordenador
38 do Comitê, asseverou ainda que no Artigo 2º da Resolução SS 47 foram incluídas
39 representações do Instituto de Saúde e da Assessoria de Saúde Mental; e no que respeita
40 à composição do segmento sociedade civil, acolheu a Resolução a sugestão do Comitê
41 de que a representação do segmento fosse solicitada ao Conselho Estadual dos Direitos
42 da Diversidade. Passa compor o segmento sociedade civil 5 representantes titulares e 5
43 suplentes oriundos de cada um dos segmentos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e
44 transexuais, todos indicados pelo Conselho. Sr. Albert C.A. dos Santos ressaltou que o
45 Fórum de ONG Aids do Estado de São Paulo, instituição que preside, não possui
46 representação no Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, e indaga se essa
47 indicação é adequada. Paulo, a título de esclarecimento argumenta: como o Comitê é
48 uma instância técnica, não sendo sua função a representação política dos segmentos, ele
49 se beneficia em suas discussões, e na elaboração de propostas, da expertise técnica de
50 seus integrantes e das experiências que vivenciam nas suas localidades e locais de

51 trabalho, por intermédio das instituições que integram. O setor saúde tem vários
52 importantes espaços de participação social e controle social, como é o caso do Conselho
53 Estadual de Saúde e dos conselhos municipais de saúde. As instituições de
54 representação dos interesses da sociedade devem buscar assento nessas instâncias,
55 disputando os espaços em busca de cooperação e competição entre os três segmentos
56 constitutivos do SUS, com vistas ao aprimoramento dos serviços e sistema de saúde. O
57 Comitê, inclusive em reconhecimento ao importante espaço de participação dos
58 interesses no Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, passou a solicitar a
59 essa instância as indicações que compõem a representação da sociedade civil. O Comitê
60 acolhe a legitimidade das indicações feitas pelo Conselho e, reiteradamente, incentiva
61 os órgãos da sociedade civil a buscarem assento nos respectivos conselhos de saúde de
62 suas localidades. Como estabelece a Resolução de instituição do Comitê o segmento da
63 sociedade civil é composto por dez integrantes, sendo cinco titulares, de modo a que
64 estejam participando os vários segmentos que compõem a população LGBT. O
65 representante do Fórum de Organizações de Aids do Estado de São Paulo lamentou a
66 pequena participação dos representantes da sociedade civil em nossas reuniões e sugere
67 que um dos motivos da ausência seja a falta de previsão de recursos para o custeio da
68 participação. Paulo R. Nascimento opinou que a questão da falta da participação da
69 sociedade civil nas reuniões é complexa; nem toda ela pode ser creditada pelo problema
70 do custeio. Dr. Renato Barboza sugeriu que a CCD, Coordenadoria à qual o Comitê
71 passa a estar ligado, encaminhasse ofícios aos municípios que possuem representantes
72 da sociedade civil solicitando apoio logístico, proposta muito bem recebida pelos
73 membros presentes e que será discutida em reunião com presença da representação do
74 COSEMS. Sr. Albert C.A. dos Santos propôs que as reuniões fossem itinerantes pelo
75 estado de São Paulo, como meio de se fomentar a participação social. Dra. Eliana de
76 Souza Ribeiro opinou que a proposta é de difícil execução em função dos múltiplos
77 compromissos assumidos pelos membros do Comitê. Dr. Frederico Carbone
78 contrapropôs que as reuniões fossem realizadas por meio de web-conferência, o que
79 seria de mais fácil execução e menor custo. Dr. Renato Barboza complementou
80 sugerindo que as reuniões poderiam ser realizadas em local com estrutura de
81 transmissão para centros regionalizados, como o Centro Formador de Pessoal para
82 Saúde de São Paulo- CEFOR. Paulo R. Nascimento sugeriu que uma reunião presencial
83 do Comitê ocorresse em conjunto com o seminário regional anteriormente proposto no
84 Comitê, sempre que coincidissem as datas de reuniões ordinárias com eventos
85 promovidos pelo comitê nas localidades dos integrantes da sociedade civil. Isso
86 depende de planejamento e concordância e presença de todos os integrantes que não são
87 da respectiva localidade. 2- Nova composição do Comitê: Paulo R. Nascimento
88 informou aos presentes que a Resolução da Secretaria Estadual da Saúde- SES 49 de 4
89 de julho de 2017 fora publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, contendo a
90 nomeação dos membros. Lembra que solicitou à CCD a atualização da publicação, haja
91 visto mudanças institucionais nas representações que estão ocorrendo no Cosems-SP e
92 no CES-SP; bem como mudanças de representantes também recentes relacionadas às
93 coordenadorias: CRH, CRS, CPS. Também terão que ser atualizados integrantes da
94 representação da sociedade civil, especificamente as do Instituto Joana D'Arc e do
95 segmento mulheres trans. 3- Regimento Interno do Comitê: Paulo R. Nascimento
96 informou que, conforme o Artigo 7º da Resolução 47/2017, o Comitê deverá propor ao
97 Gabinete do Secretário seu regimento interno, no prazo de 60 dias. Complementou
98 dizendo que já existe uma versão prévia do regimento interno elaborada pela presidente
99 anterior do Comitê, Marcia Giovanetti, documento que ele encaminhará aos membros
100 para análise. Faremos a discussão e proposição por meio eletrônico entre os integrantes

101 do Comitê, para apreciação na reunião de agosto, alterações necessárias e
 102 encaminhamento ao Gabinete dentro do prazo estipulado, que seria no final de mês de
 103 agosto. Paulo R. Nascimento aproveita para lembrar uma consequência prática do
 104 regimento: regras claras quanto à ausência dos integrantes, o que cabe à suplência e o
 105 que cabe aos titulares. Por exemplo, membros da sociedade civil e da representação de
 106 gestores frequentemente ausentes, qual o limite admissível dessas ausências. Cecília
 107 Bezerra entrevistou informando que o último mandato do Conselho Estadual dos Direitos
 108 da População LGBT se encerrou no último mês de janeiro; nova eleição não foi
 109 realizada, de modo que não há gestão vigente. Ela conversará com o Coordenador de
 110 Políticas para a Diversidade Sexual, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania,
 111 para tratar do assunto. Dra. Eliana de Souza Ribeiro sugeriu inverter titularidade e
 112 suplência no caso da representação da CSS. 4- Seminário de Regionalização: Paulo R.
 113 Nascimento perguntou aos membros presentes quais poderiam compor o subgrupo
 114 responsável pelo evento, dos quais Haroldo Tani, Dra. Elaine Maria Frade Costa,
 115 Patrícia Sacramento e Renato Barboza responderam positivamente. Combinou-se que a
 116 primeira reunião do sug-grupo será marcada para quinze dias após esta reunião. 5-
 117 Subgrupo de Formação: Paulo R. Nascimento também solicitou voluntários para
 118 compor o Subgrupo de Formação, responsável pela organização de atividades de
 119 formação que serão executadas ainda em 2017 em substituição do curso EAD, que não
 120 será realizado, conforme informado em reuniões anteriores, e adicionalmente à vídeo
 121 conferência já feita; Dra. Elaine Maria Frade Costa respondeu positivamente. Dra.
 122 Elaine Maria Frade Costa indagou se um curso que será oferecido pelo Hospital das
 123 Clínicas sobre processo de transexualização se insere entre as ações do Comitê; Paulo
 124 R. Nascimento lembrou que o Comitê solicitou, por determinação de reuniões
 125 anteriores, ao Gabinete o incentivo institucional ao curso oferecido pela Faculdade de
 126 Medicina. 6- Publicação de Cartilhas: Paulo R. Nascimento perguntou aos presentes se
 127 alguém havia encaminhado sugestões de alteração para a cartilha elaborada pela Dra.
 128 Regina Maria McDowell de Figueiredo, conforme solicitação feita por esta na reunião
 129 anterior; Haroldo Tani e Dr. Frederico Carbone responderam positivamente. Paulo
 130 agradece a informação e indagará o mesmo aos ausentes a essa reunião, para
 131 dimensionarmos a colaboração do comitê à iniciativa do Instituto de Saúde. 7-
 132 Informes: Sr. Albert C.A. dos Santos informou que a sociedade civil organizada iniciou
 133 diálogos com a Prefeitura Municipal de Araraquara para a implantação de um
 134 Ambulatório para Travestis e Transexuais naquele município. Cecília Bezerra informou
 135 que está realizando uma ação de formação em diversidade sexual com associações da
 136 sociedade civil, as quais têm levado a discussão dos direitos LGBT e que têm se
 137 mostrado muito receptivas à participação em geral. Devemos pensar em como colaborar
 138 mais intensamente com essas iniciativas. A reunião foi encerrada, com o agendamento
 139 da próxima para o dia 21 de agosto, das 10 às 12h, na sala do CES. Assinam a ata
 140 redigida por mim, Haroldo Tani, os presentes a essa reunião, coordenada por Paulo
 141 Nascimento, conforme listagem a seguir:

143 LISTA DE PRESENTES À REUNIÃO

- 144
- 145 Albert Andreone (FOAESP) _____
- 146 Elaine Maria Frade Costa (HC-FMUSP) _____
- 147 Eliana Ribeiro (CSS) _____

148 Frederico Carbone (CPS) _____

149 Haroldo Tani (SJDC) _____

150 Patrícia Sacramento (S. Ment.) _____

151 Paulo Nascimento (CCTIES) _____

152 Renato Barbosa (IS) _____

153

FIM